



MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 297, DE 9 DE JUNHO DE 2006.
(Do Poder Executivo)

Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº. _____/2006

Art. 1º. O Art. 8º. da Medida Provisória nº 297 de 09 de junho de 2006, passa a ter a seguinte redação:

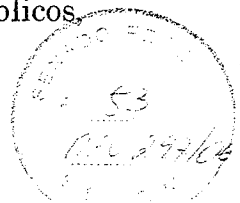
"Art. 8º. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT".

JUSTIFICAÇÃO

Mostra-se temerário manter a *parte final do art. 8º* que expressa ressalva quanto ao regime jurídico da contratação dos Agentes de Saúde "*no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa*".

Segundo o *art. 8º* a contratação tanto dos Agentes Comunitários de Saúde como dos Agentes de Combate às Endemias, regra geral, será regida pela CLT.

No caso dos *Agentes de Combate às Endemias* o *art. 15* da Medida Provisória estabelece a criação de 5.365 empregos públicos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

vinculados a quadro suplementar da FUNASA. Ou seja, está caracterizado que as contratações são vinculadas ao regime celetista.

A definição do regime jurídico - celetista - para caracterizar o vínculo com a Administração Pública, não fere a autonomia administrativa dos entes Federados, antes, uniformiza os procedimentos no território nacional e evita a adoção de regimes híbridos, com direitos e obrigações diferenciados e/ou distorcidos.

A edição da Emenda Constitucional nº 51, de 2006 e, agora, da presente Medida Provisória, representam o atingimento dos objetivos perseguidos pelos Agentes Comunitários de Saúde que buscaram ao longo do tempo que lhes fosse assegurado vínculo empregatício com direitos trabalhistas e previdenciários.

Ao estabelecer no *art. 2º "vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional"* do ente Federado executor do Programa e, ainda, ao vedar no *art. 16 "a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias"*, resta como alternativa a contratação sob o regime celetista, especialmente, em face do caráter precário do Programa de Saúde da Família-PSF que inclui a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde, o qual, como já foi dito, é de livre adesão por parte dos Municípios, podendo ser interrompido/suprimido a qualquer tempo, com o ônus do pagamento do pessoal recaindo sobre o Órgão gestor local.

Bem por isso, se afasta a hipótese de nomeação para cargos de provimento efetivo, que implicam em estabilidade no serviço público (art. 41, da CF), o que seria altamente danoso para os Municípios, sempre que equipes forem suprimidas ou diminuídas, ou os recursos da União forem suspensos ou extintos, ou na hipótese de o Programa ser extinto, ou se o Gestor local voltar atrás na adesão (que é facultativa) ao Programa.

Sala da Comissão, em 14 de Junho de 2006.


IVAN RANZOLIN
Deputado Federal

